



Poder Judiciário do Maranhão Tribunal de Justiça Assessoria de Comunicação

Clipping Impresso

Sexta, 21 de fevereiro de 2014

Justiça efetivou mais de 500 acordos em acidentes de trânsito

O Juizado Especial do Trânsito de São Luís (JET) celebrou 556 acordos em locais de acidente durante o ano de 2013. O serviço móvel funciona de segunda a sexta, das 8h às 18h e pode ser acionado pelos telefones (98) 8815-8346; 8878-3003 e 3249 0002. Na presença de um conciliador, as partes envolvidas conversam, firmam acordos e resolvem quem vai arcar com os prejuízos.

Nos casos de acidentes que resultam em lesões corporais de qualquer natureza, que envolvam viaturas oficiais, causem danos ao patrimônio público, ou cujo autor seja pessoa jurídica (salvo microempresas) não é possível a mediação do juizado.

“A fuga de uma das partes não impede o atendimento pelo Juizado de Trânsito, desde que o solicitante anote a placa do outro veículo envolvido”, orienta o juiz titular do JET, José Eulálio Figueiredo.

Quando os envolvidos não chegam a um acordo, a ação é

encaminhada para audiência de conciliação e julgamento na sede do juizado, que fica ao lado do Detran, na Vila Palmeira (Rua do Cema, s/n). De acordo com Eulálio Figueiredo, cerca de 2.000 novos processos chegam ao juizado por ano, demandando mais de 2.200 audiências.

ABRANGÊNCIA – O serviço móvel funciona em toda a região metropolitana de São Luís, abrangendo os municípios de São Luís, capital, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar e até na Polícia Rodovia Federal.

As audiências são feitas em duas vans adaptadas com sala climatizada, mesa, seis assentos, computador, impressora e uma equipe formada por conciliador, escrivão, oficial de justiça, perito, policial militar e motorista.

O atendimento é prestado no local do acidente. Uma das partes liga para a unidade móvel que chega ao local em cerca de 20 minutos, dependendo da distância do local do acidente.

Judiciário maranhense mais presente nas redes sociais

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) continua presente nas redes sociais, divulgando as ações institucionais e interagindo com os cidadãos através da sua página oficial no Facebook (<https://facebook.com/tribunal.maranhao>) e do seu perfil no Twitter (https://twitter.com/TJ_MA).

As ações nas redes sociais estão sendo intensificadas ao longo do tempo, com o objetivo de se firmar, cada vez mais,

como um canal efetivo de comunicação entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a sociedade.

No Twitter, onde o TJMA tem 3.900 seguidores, além da divulgação das notícias e informações mais importantes do Poder Judiciário, as Sessões do Órgão Especial – que ocorrem sistematicamente às quartas-feiras – serão acompanhadas em tempo real.

Já a página oficial do TJMA no Facebook sofreu pequenas

mudanças no início deste ano. As informações do TJMA foram unificadas, concentrando todas as notícias e ações na fan page Tribunal de Justiça Maranhão (facebook.com/tribunal.maranhao). São 4.751 fãs curtindo a página, publicações e compartilhando as novidades do Judiciário do Maranhão.

“O nosso objetivo é estar cada vez mais presente nas redes sociais, estando mais próximo do jurisdicionado, que pode oferecer sugestões e crí-

ticas, participando ativamente das ações no Facebook e Twitter. São canais de resposta imediata e de grande alcance”, destacou o assessor-chefe de Comunicação do TJMA, Antonio Carlos de Oliveira.

Para interagir com o TJMA no Twitter, basta seguir o @TJ_MA (https://twitter.com/TJ_MA); e para acompanhar o TJMA no Facebook, basta curtir a página Tribunal de Justiça Maranhão (<https://facebook.com/tribunal.maranhao>).

Novos juízes

Na última quarta-feira (19), foi realizada a solenidade de posse dos novos juízes do Estado, no Tribunal de Justiça do Maranhão. A 1ª Vara Criminal e a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar de Imperatriz ganharam novos juízes. A magistrada Edilza Barros Ferreira Lopes Viégas, removida da comarca de Icatú, atuará na Vara Criminal e o juiz Gladiston Luis Nascimento Cutrim, que era comarca de Arari, assumirá os trabalhos na Vara Especial. Ainda na sessão administrativa, a juíza Lúcia de Fátima Silva Quadros (4ª Vara da comarca de Bacabal) foi removida por merecimento para a 2ª Vara da comarca de Itapecuru-Mirim.

JUSTIÇA EFETIVOU MAIS DE 500 ACORDOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO



O Juizado Especial do Trânsito de São Luís (JET) celebrou 556 acordos em locais de acidente durante o ano de 2013. O serviço móvel funciona de segunda a sexta, das 8h às 18h e pode ser acionado pelos telefones (98) 8815-8346; 8878-3003 e 3249 0002. Na presença de um conciliador, as partes envolvidas conversam, firmam acordos e resolvem quem vai arcar com os prejuízos.

Nos casos de acidentes que resultam em lesões corporais de qualquer natureza, que envolvam viaturas oficiais, causem danos ao patrimônio público, ou cujo autor seja pessoa jurídica (salvo microempresas) não é possível a mediação do juizado.

“A fuga de uma das partes não impede o atendimento pelo Juizado de Trânsito, desde que o solicitante anote a placa do outro veículo envolvido”, orienta o juiz titular do JET, José Eulálio Figueiredo.

JUDICIÁRIO DO MARANHÃO MAIS PRESENTE NAS REDES SOCIAIS

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) continua presente nas redes sociais, divulgando as ações institucionais e interagindo com os cidadãos através da sua página oficial no Facebook (<https://facebook.com/tribunal.maranhao>) e do seu perfil no Twitter (https://twitter.com/TJ_MA).

As ações nas redes sociais estão sendo intensificadas ao longo do tempo, com o objetivo de se firmar, cada vez mais, como um canal efetivo de comunicação entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a sociedade.

PROCESSOS

Seguro DPVAT pode acabar



O fim do seguro foi imposto pela Turma de Uniformização de Interpretações das Leis do Sistema de Juizados Especiais do Tribunal de Justiça

Mais de 60 mil processos que envolvem as cobranças do pagamento de indenização relativas ao Seguro de Dano Pessoal Causado por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), no Maranhão, podem ser extintos a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional do Maranhão (OAB/MA).

A alegação do pedido está baseada na nova decisão judicial, assinada pelo desembargador José Luiz Oliveira de Almeida. As ações de cobrança do pagamento de indenização relativas ao seguro precisam ter a comprovação de existência de requerimento administrativo prévio com vistas à demonstração do interesse de agir.

A reclamação elaborada pelos membros da OAB/MA foi protocolada no mês de dezembro de 2013 na Justiça. Nela, existe a afirmação de que a Turma de Uniformização extrapolou sua competência ao uniformizar entendimento sobre matéria processual, contrariando seu próprio Regimento Interno. Os itens ainda sugerem que seja concedida medida liminar, a fim de que se suspenda imediatamente a aplicabilidade do enunciado nº 01, visto ser manifestamente ilegal, ou seja, em desacordo com o art. 89 do Regimento Interno (Res. 53/2013 - TJMA).

Relembre

Ainda no mês de dezembro, mais de trezentos advogados do Maranhão se concentraram na porta da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Maranhão (OAB/MA), no Calhau, onde seguiram em carreta até o Tribunal de Justiça (TJMA), no Centro. Neste órgão do Poder Judiciário, o vice-presidente da OAB/MA, Valdênio Caminha, em companhia dos "amigos de profissão", Ivaldo Castelo Branco, Luciana Moreno, Rennan Linhares, Luis Carlos Saraiva e Leonel Lima foram recebidos pela desembargadora Cleonice Freire, presidente eleita do tribunal para o biênio de 2014 a 2015.

Uma reunião ocorreu na sala da magistrada e de portas fechadas, que durou mais de duas horas. O advogado Leonel Lima disse que, durante o encontro com a desembargadora, foram relatadas a postulação administrativa antes do ajuizamento da ação e a aplicabilidade da tabela. Pois ela fere o princípio da dignidade da pessoa humana pelo fato da Seguradora Líder determinar valores percentuais para cada membro do corpo das vítimas de acidentes de trânsito que ficam com alguma sequela.

Ele ainda informou que a desembargadora está ciente sobre a tramitação da ação e sente sensível com o fato e iria colocar essa discussão em pauta com os demais magistrados.

Extinção

O fim do Seguro DPVAT foi imposto pela Turma de Uniformização de Interpretações das Leis do Sistema de Juizados Especiais

do Tribunal de Justiça. A definição é que, para o ajuizamento de ações de cobrança do pagamento de indenizações relativas ao Seguro DPVAT, é indispensável a comprovação da existência de requerimento administrativo prévio, como requisito para a demonstração do interesse de agir, condição necessária ao prosseguimento do processo. A intenção é utilizar as vias administrativas cabíveis para que tais questões sejam resolvidas, antes de levar à Justiça.

Outra questão uniformizada assentou o entendimento de que não ofende ao princípio da dignidade da pessoa humana a aplicação da tabela que estabelece porcentagens fixas para cada tipo de lesão sofrida pelas vítimas de acidente de trânsito. A aplicação da tabela, anexa à Lei 6.194/74 (dispõe sobre o Seguro DPVAT), com as alterações da Lei 11.945/09, deve, no entanto, se dar segundo critérios proporcionais e respeitado o limite máximo.

➔ Para saber mais

DPVAT

O que: o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. Ele indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre.

Coberturas: o DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos como morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

Órgão responsável: a administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder - DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios desse seguro.

Pagamento: a indenização é feita em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária.

Valores: o valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas.

Valor oriundo: os recursos são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual.

Como evitar golpe: O pedido de indenização não deve ser entregue a terceiros e deve ser aberto e acompanhado diretamente por quem tem direito à indenização.

Prazo: o pedido de indenização é de 3 anos a contar da data do acidente.

Postos de entrada: Seguradoras credenciadas e postos de Correios

Outras informações: site : www.dpvatsegurodotransito.com.br ou número 08000221204.

Problemas com telefonia prejudicam serviços da Justiça

Problemas constantes, com linhas telefônicas indisponíveis e serviços instáveis, têm afetado o trabalho de diversas comarcas no interior do Estado. De acordo com informações das próprias secretarias judiciais, as falhas na prestação de serviços de telefonia fixa e móvel e de transmissão de dados vêm prejudicando a prestação jurisdicional, como a lentidão no andamento processual e a inacessibilidade aos sistemas de informática do Tribunal de Justiça.

Somente nesta semana, três comarcas informaram sobre problemas de comunicação à Corregedoria Geral da Justiça: Paraibano, Maracaçumé e Olinda Nova do Maranhão. Nesta última, os problemas com telefonia têm se tornado cada vez mais constante, inviabilizando o efetivo papel do Judiciário em garantir a justiça à população dessa comarca.

“Aqui, o problema perdura desde a terça-feira (18). Estamos fazendo pesquisa manual de processos, pois estamos sem sistema. Em contato com a operadora Oi, fomos informados que a previsão de regularização é de 48 horas”,

explica Anelise Nogueira Regina, titular da Vara Única de Olinda Nova.

De acordo com o juiz Carlos Eduardo de Arruda Mont’Alverne, os problemas em Paraibano também perduram desde a terça-feira (18). Ele ressalta que a telefonia fixa está sem funcionar. “Ressalte-se que há constantes interrupções no serviço de telefonia na cidade. Informo-lhes, ainda, já entrei em contato com a operadora Oi, responsável pela prestação dos serviços, para solucionar o problema, mas até o momento não foi resolvida a situação”, ressaltou ele.

Os trabalhos também estão prejudicados em Maracaçumé, comarca localizada a 206 quilômetros de São Luis. “As linhas telefônicas do fórum estão indisponíveis, e esses problemas técnicos estão impossibilitando a comunicação com este juízo. Já informamos à Diretoria Informática do Tribunal de Justiça para que fossem tomadas as providências cabíveis. Os contatos com a comarca podem ser feitos através do número (98) 8453-5983”, destacou a secretaria judicial do fórum.

FALTA COMPROMISSO

Problemas com telefonia prejudicam serviços da Justiça

Problemas constantes, com linhas telefônicas indisponíveis e serviços instáveis, têm afetado o trabalho de diversas comarcas no interior do Estado. De acordo com informações das próprias secretarias judiciais, as falhas na prestação de serviços de telefonia fixa e móvel e de transmissão de dados

vêm prejudicando prejudicam a prestação jurisdicional, como a lentidão no andamento processual e a inacessibilidade aos sistemas de informática do Tribunal de Justiça.

Somente nesta semana, três comarcas informaram sobre problemas de comunicação à Corregedoria Geral da

Justiça: Paraibano, Maracumé e Olinda Nova do Maranhão. Nesta última, os problemas com telefonia têm se tornado cada vez mais constante, inviabilizando o efetivo papel do Judiciário em garantir a justiça à população dessa comarca.

"Aqui, o problema perdu-

ra desde a terça-feira (18). Estamos fazendo pesquisa manual de processos, pois estamos sem sistema. Em contato com a operadora Oi, fomos informados que a previsão de regularização é de 48 horas", explica Anelise Nogueira Reginato, titular da Vara Única de Olinda Nova.

• **LAGO DA PEDRA**

A juíza Marilse Carvalho Medeiros, titular da Vara da Infância e Juventude de Lago da Pedra, em conjunto com a promotora de Justiça Lays Gabriella Pedrosa, curadora da Infância e Juventude na comarca, elaborou uma portaria na qual disciplina a participação de crianças e adolescentes no carnaval. A magistrada levou em consideração, entre outros, o fato de que é dever do juiz da Infância e Juventude a implantação de mecanismos de defesa das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

VT DE CAXIAS

Construção de uma via de acesso à Cidade Judiciária é objeto de acordo

A juíza titular da Vara do Trabalho de Caxias, Maria do Socorro Almeida de Sousa, na terça-feira (18), homologou acordo nos autos da Ação Civil Pública nº 0004300-89.2012.5.16.0009, em que são partes o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a empresa Amorim Coutinho Engenharia e Construções Ltda. A empresa reclamada acordou construir uma via de acesso à Cidade Judiciária em Caxias-MA. A via vai começar na Avenida Parnaso, incluindo uma ponte em concreto armado, com extensão de 12,00m x 7,00m de largura. Foi estabelecido o prazo de 240 dias para término da obra.

Também ficou acordado que o MPT realizará vistorias no curso da obra, a fim de fiscalizar as condições de trabalho lá empreendidas e, também, para verificar o cumprimento das especificações técnicas acordadas em juízo. O valor da execução foi no montan-

te de R\$990 mil, que o juízo havia bloqueado via BacenJud (sistema eletrônico de relacionamento entre o Poder Judiciário e as instituições financeiras, intermediado pelo Banco Central). Nos termos do acordo, a juíza determinou que 90% desse valor fosse liberado em favor da reclamada. O restante ficou como garantia até o cumprimento integral do acordo firmado.

A conciliação é decorrente da ação de execução ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, em razão de a empresa Amorim Coutinho Engenharia e Construções Ltda não ter cumprido Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Participaram da audiência de conciliação o procurador do trabalho Marcos Duanne Barbosa de Almeida, representando o MPT, e Rodrigo Antônio Delgado Pinto de Almeida (OAB-MA 8540), advogado da empresa reclamada.

Clic

Fotos/Divulgação



Realizado na noite da última quarta-feira, na Associação Comercial do Maranhão, foi um sucesso o I Painel Jurídico realizado pelo Instituto Florence de Ensino Superior, com tema "Sistema Penitenciário Maranhense: Crise dos Direitos e Garantias Fundamentais". O evento rendeu um olhar para muito além da mera discussão em torno da crise. Os participantes consideraram as deficiências do sistema, avaliaram as limitações dos operadores do Direito, chamaram a atenção para o papel da sociedade, frisaram a questão da ressocialização e enfocaram a temática dos direitos humanos. No registro, o juiz Gervásio Protásio dos Santos Júnior, presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, a professora Ana Maria Marques, coordenadora do Curso de Direito do Florence, e Jefferson Portela, presidente da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Maranhão



Poder Judiciário do Maranhão Tribunal de Justiça Assessoria de Comunicação

Clipping Digital

Sexta, 21 de fevereiro de 2014



Judiciário do Maranhão mais presente nas redes sociais

20/02/2014 15:01:39 - Atualizado em 20/02/2014 15:21:06

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) continua presente nas redes sociais, divulgando as ações institucionais e interagindo com os cidadãos através da sua página oficial no Facebook (<https://facebook.com/tribunal.maranhao>) e do seu perfil no Twitter (https://twitter.com/TJ_MA).

As ações nas redes sociais estão sendo intensificadas ao longo do tempo, com o objetivo de se firmar, cada vez mais, como um canal efetivo de comunicação entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a sociedade.

No Twitter, onde o TJMA tem 3.900 seguidores, além da divulgação das notícias e informações mais importantes do Poder Judiciário, as Sessões do Órgão Especial – que ocorrem sistematicamente às quartas-feiras – serão acompanhadas em tempo real.

Já a página oficial do TJMA no Facebook sofreu pequenas mudanças no início deste ano. As informações do TJMA foram unificadas, concentrando todas as notícias e ações na fan page Tribunal de Justiça Maranhão (facebook.com/tribunal.maranhao). São 4.751 fãs curtindo a página, publicações e compartilhando as novidades do Judiciário do Maranhão.

“O nosso objetivo é estar cada vez mais presente nas redes sociais, estando mais próximo do jurisdicionado, que pode oferecer sugestões e críticas, participando ativamente das ações no Facebook e Twitter. São canais de resposta imediata e de grande alcance”, destaca o assessor-chefe de Comunicação do TJMA, Antonio Carlos de Oliveira.

Para interagir com o TJMA no Twitter, basta seguir o [@TJ_MA](https://twitter.com/TJ_MA) (https://twitter.com/TJ_MA); e para acompanhar o TJMA no Facebook, basta curtir a página Tribunal de Justiça Maranhão (<https://facebook.com/tribunal.maranhao>).



Acordos - 20/02/2014 às 23h57

Justiça efetivou mais de 500 acordos em acidentes de trânsito

O Juizado Especial do Trânsito de São Luís (JET) celebrou 556 acordos em locais de acidente durante o ano de 2013. O serviço móvel funciona de segunda a sexta, das 8h às 18h e pode ser acionado pelos telefones (98) 8815-8346; 8878-3003 e 3249 0002. Na presença de um conciliador, as partes envolvidas conversam, firmam acordos e resolvem quem vai arcar com os prejuízos.

Nos casos de acidentes que resultam em lesões corporais de qualquer natureza, que envolvam viaturas oficiais, causem danos ao patrimônio público, ou cujo autor seja pessoa jurídica (salvo microempresas) não é possível a mediação do juizado.

“A fuga de uma das partes não impede o atendimento pelo Juizado de Trânsito, desde que o solicitante anote a placa do outro veículo envolvido”, orienta o juiz titular do JET, José Eulálio.



Justiça efetivou mais de 500 acordos em acidentes de trânsito

Publicação: 20/02/2014 14:46

O Juizado Especial do Trânsito de São Luís (JET) celebrou 556 acordos em locais de acidente durante o ano de 2013. O serviço móvel funciona de segunda a sexta, das 8h às 18h e pode ser acionado pelos telefones (98) 8815-8346; 8878-3003 e 3249 0002. Na presença de um conciliador, as partes envolvidas conversam, firmam acordos e resolvem quem vai arcar com os prejuízos.

Nos casos de acidentes que resultam em lesões corporais de qualquer natureza, que envolvam viaturas oficiais, causem danos ao patrimônio público, ou cujo autor seja pessoa jurídica (salvo microempresas) não é possível a mediação do juizado.

“A fuga de uma das partes não impede o atendimento pelo Juizado de Trânsito, desde que o solicitante anote a placa do outro veículo envolvido”, orienta o juiz titular do JET, José Eulálio Figueiredo.

Quando os envolvidos não chegam a um acordo, a ação é encaminhada para audiência de conciliação e julgamento na sede do juizado, que fica ao lado do Detran, na Vila Palmeira (Rua do Cema, s/n).

De acordo com Eulálio Figueiredo, cerca de 2.000 novos processos chegam ao Juizado por ano, demandando mais de 2.200 audiências.

Abrangência - O serviço móvel funciona em toda a região metropolitana de São Luís, abrangendo os municípios de São Luís, capital, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar e até na Polícia Rodovia Federal.

As audiências são feitas em duas vans adaptadas com sala climatizada, mesa, seis assentos, computador, impressora e uma equipe formada por conciliador, escrivão, oficial de justiça, perito, policial militar e motorista.

O atendimento é prestado no local do acidente. Uma das partes liga para a unidade móvel que chega ao local em cerca de 20 minutos, dependendo da distância do local do acidente.

A equipe do juizado realiza a perícia, emite laudo, promove a audiência de conciliação e o acordo entre as partes envolvidas. Caso haja entendimento, o conflito é resolvido na mesma hora. Não havendo, é levado à sede do juizado, no bairro da Alemanha, para o juiz sentenciar.

Nos acidentes envolvendo empresas, geralmente não é feito acordo imediato. “Mas depois que o laudo é emitido, as partes acabam fazendo a conciliação, antes da audiência de instrução e julgamento”, ressalta



Judiciário do Maranhão está mais presente nas redes sociais

O objetivo é divulgar as ações institucionais e interagir com os cidadãos, cada vez mais conectado.

20/02/2014 às 16h10

IMPERATRIZ - O Tribunal de Justiça do Maranhão continua presente nas redes sociais, divulgando as ações institucionais e interagindo com os cidadãos através da sua página oficial no *Facebook* e do seu perfil no *Twitter*.

As ações nas redes sociais estão sendo intensificadas ao longo do tempo, com o objetivo de se firmar, cada vez mais, como um canal efetivo de comunicação entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a sociedade.

No *Twitter*, onde o TJMA tem 3.900 seguidores, além da divulgação das notícias e informações mais importantes do Poder Judiciário, as Sessões do Órgão Especial – que ocorrem sistematicamente às quartas-feiras – serão acompanhadas em tempo real.

Já a página oficial do TJMA no *Facebook* sofreu pequenas mudanças no início deste ano. As informações do TJMA foram unificadas, concentrando todas as notícias e ações na fan page Tribunal de Justiça Maranhão. São 4.751 fãs curtindo a página, publicações e compartilhando as novidades do Judiciário do Maranhão.

“O nosso objetivo é estar cada vez mais presente nas redes sociais, estando mais próximo do jurisdicionado, que pode oferecer sugestões e críticas, participando ativamente das ações no Facebook e Twitter. São canais de resposta imediata e de grande alcance”, destaca o assessor-chefe de Comunicação do TJMA, Antônio Carlos de Oliveira.